

# O motor da industrialização brasileira gira em velocidade muito baixa, diz Wilson Cano

**Docente investigará determinantes da vida econômica do país a partir de meados dos anos 2000**

MANUEL ALVES FILHO  
manuel@reitoria.unicamp.br

A questão regional brasileira é um dos temas caros ao economista Wilson Cano, professor colaborador voluntário do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Há vários anos, ele tem se debruçado sobre o assunto, buscando compreender melhor, entre outros, aspectos relacionados à regionalização da produção capitalista no Brasil. Um dos seus livros, *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005*, lançado em 2008 pela Editora da Unesp, trata justamente das profundas mudanças nos determinantes da vida econômica do país no período. Agora, Cano prepara-se para iniciar uma nova pesquisa acerca da temática. Sua disposição é investigar o que ocorreu nesse campo entre meados dos anos 2000 e os dias atuais. “Estou desenhando o projeto de pesquisa, que deverá envolver um grande número de pesquisadores e diversas instituições. O trabalho ainda não foi concluído porque estou aguardando a publicação completa do Censo de 2010”, revela. Na última semana, o docente fez uma pequena pausa nos seus afazeres para falar sobre o novo estudo ao **Jornal da Unicamp**. Na entrevista que segue, ele afirma que o motor da industrialização brasileira está “murcho” e adverte para o risco de o país continuar apostando todas as fichas na exportação de commodities.

**Jornal da Unicamp - Como o senhor começou a trabalhar com o tema da desconcentração produtiva?**

**Wilson Cano** - Eu tenho trabalhado com diversos temas ao longo da minha carreira acadêmica. Na Unicamp, me pediram para examinar a questão regional brasileira e também a questão da urbanização. Já escrevi alguns livros sobre essas matérias. Nós temos que entender que o Brasil, entre os anos de 30 e 80, teve toda a força e a direção do seu crescimento voltado e centrado para o processo de industrialização. Foi isso que trouxe progresso e modernizou o país. Graças à política econômica, principalmente a adotada por Getúlio Vargas, houve a integração do mercado nacional. Ou seja, antes você tinha ilhas, uma chamada Nordeste, outra Sul, outra Sudeste e assim por diante. A partir desse processo, o arquipélago foi unificado em um só território. O mercado nacional foi integrado. A industrialização, por sua vez, estava fortemente concentrada em São Paulo, que detinha em 1980, 53% da produção industrial brasileira. Depois de 80, aconteceu uma série de coisas. O Brasil levou diversos tropeções. De 80 para cá, esse processo mudou radicalmente.

**JU - Foi a tal década perdida...**

**Cano** - Os anos 80 foram marcados pela crise da dívida. Foram anos de baixíssimo crescimento. Nesse período, a indústria apenas rastejou, não cresceu. De 1989 até hoje, houve a manutenção de uma política macroeconômica de corte neoliberal. Que diabo de coisa é essa? É algo que trabalha com a abertura comercial do país. Antes nós tínhamos um protecio-

nismo à indústria nacional. Hoje, não. Desregulamentamos a entrada e a saída de capitais, tanto o nacional quanto o internacional. Antes, havia controle. Além disso, privatizamos muitas empresas estatais, algumas delas importantíssimas nessa questão regional, como é o caso da Vale do Rio Doce. A ação do Estado encolheu bastante. Desde então, nunca mais fizemos planejamento econômico de nada.

**JU - E o que ocorreu nos anos subsequentes?**

**Cano** - Com o processo de abertura comercial, nós passamos dos anos 90 até 2003 também rastejando. Nosso crescimento foi simplesmente medíocre no período. Até os anos 80, o Estado Brasileiro e mais as estatais respondiam por mais da metade do investimento total do país. Quando veio a crise dos anos 80, e isso arrebentou com as finanças públicas, o peso do Estado caiu violentamente. Então, o investimento ficou praticamente nas mãos do setor privado. Ocorre que o setor privado, para investir, quer ter horizonte promissor, quer certas garantias, precisa de taxa de juros razoável. Nos anos 80, tudo isso foi muito incerto, e a partir do Plano Real, nossa taxa de juros tornou-se cavalariça, a maior do mundo, e, assim, o empresário pensa dez vezes antes de fazer qualquer investimento. Ele fica entre aplicar em títulos da dívida pública, que lhe garante 12%, contra os 5% que ganharia abrindo ou incrementando um negócio. Então, de 80 para cá, os determinantes do crescimento econômico nacional mudaram radicalmente. Esse crescimento baixou de 7% para menos de 2% entre 80 e 2003. De 2004 para cá, crescemos um pouquinho mais, mas também não foi lá essas coisas.

**JU - Quais as implicações dessas mudanças para as regiões brasileiras?**

**Cano** - Isso tudo resultou no seguinte: as regiões estavam se integrando e o crescimento delas estava envolvido no processo de industrialização. Ao mesmo tempo, o governo federal olhava as regiões e tinha uma política de desenvolvimento para elas. Depois de 80, essas coisas mudam radicalmente. O motor do desenvolvimento deixa de ser a industrialização. Como o governo não tem mais recursos, porque precisa pagar a dívida, a política nacional de desenvolvimento regional foi suprimida. Surge então a exportação de commodities. Estas, mesmo quando crescem e envolvem uso de tecnologia, contribuem para um tipo diferente de modernização. A modernização da indústria é contagiante, penetra em todos os segmentos da sociedade. Já a modernização da agricultura não tem grande capilaridade. Além disso, a agricultura é muito mecanizada e emprega pouca gente. Então, quem vai empregar o pessoal na economia urbana do país? É o setor de serviços. Ocorre que no setor de serviço, em um país como o nosso, predominam as atividades simples, que não requerem elevada qualificação de mão de obra e que, portanto, pagam baixos salários. Essa mudança esgarçou os nexos que existiam entre as regiões brasileiras. Alguns foram até partidos.

**JU - Poderia explicar melhor esse fenômeno?**

**Cano** - Vamos tomar como exemplo a indústria automobilística, que se fixou originalmente em São Paulo. Antes, nós fabricávamos a maior parte das autopeças necessárias. Todo o esforço produtivo era interno. Com a abertura, cresceu a importação de carros e peças. E depois, com a guerra fiscal e a abertura comercial, ocorreu uma grande desconcentração dessa indústria automobilística. As fábricas foram para o Ceará, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. E todas elas aumentaram a importação de insumos e de carros prontos. Então, o esgarçamento se dá no sentido de que os nexos de

mercado vão sendo rompidos ou fragilizados. Se você fosse fabricar tudo aqui, seria uma coisa. Mas não é isso que está sendo feito. Hoje, estão fazendo muita montagem. No campo da eletrônica foi pior ainda. O nosso déficit comercial na importação de componentes eletrônicos é gigantesco. Além disso, a guerra fiscal acelerou o esgarçamento. Como o governo federal não tem recursos para transferir para as periferias, ele fecha os olhos e deixa o pessoal fazer a guerra fiscal. Ou seja, cada um tenta defender o seu prato, mas no final todos perdem.

**JU - E em termos de urbanização, quais as consequências?**

**Cano** - A urbanização também decorreu do processo de industrialização. Hoje está diferente. O que cresce na periferia do país é soja, boi, minério de ferro. Essas atividades contribuem pouco para a urbanização. Explicando melhor: a industrialização exige um operariado que tem certa qualificação, exige um nível de educação, requer sistema de saúde mais eficiente para dar conta da demanda. Exige também infraestrutura: energia elétrica, comunicações, estradas etc. Ou seja, requer uma modernização muito maior do que a da agricultura. Então, não somente os determinantes do desenvolvimento da economia regional foram mudados, mas também os da própria urbanização. As cidades passaram a ter um metabolismo diferenciado.

**JU - Os problemas decorrentes da urbanização também sofreram alterações?**

**Cano** - A despeito dessas diferenças no processo de urbanização, o novo modelo trouxe as mesmas mazelas do modelo anterior. Antes, as grandes cidades ficaram entupidadas. De 80 para cá, as cidades médias passaram a crescer mais que as grandes. A taxa de crescimento populacional foi caindo ao longo das décadas. Estávamos com 1,6% e agora perto de 1%. Lembrando que chegamos a atingir a taxa de 3% perto década de 60. Cheguei a Campinas em 1967. A cidade tinha 300 mil habitantes. Isso aqui era o paraíso, você estacionava o carro em qualquer lugar, andava de noite sem medo de ser assaltado. A cidade tinha escolas excelentes, bons hospitais, o ar era limpo etc. Hoje a cidade é completamente diferente. Então, a mesma deterioração urbana registrada em São Paulo e no Rio de Janeiro vai grassando pelo país todo. Hoje, você não precisa mais ir a uma cidade de 1 milhão de habitantes para ser sequestrado, para encontrar gente fumando crack na esquina, para encontrar mendigo pelas ruas. Isso é encontrado no Brasil inteiro. A urbanização se espalhou, mas se espalhará também todos os efeitos nocivos desse processo.

**JU - E o que ocorreu do início dos anos 2000 para cá, a situação se agravou em termos de desenvolvimento?**

**Cano** - Estou desenhando um projeto de pesquisa para investigar justamente os acontecimentos desse período. O trabalho ainda não está pronto porque estou aguardando a publicação dos dados completos do

Censo de 2010. Vai ser um estudo de fôlego, que envolverá muitos pesquisadores e diversas instituições. A idéia é fazer uma abordagem multidisciplinar, visto que a questão envolve uma série de fatores, como demografia, urbanização, meio ambiente etc.

**JU - Mas há uma tendência que o senhor já tenha detectado em relação ao desenvolvimento econômico nacional?**

**Cano** - De 2003 para cá, houve outra mudança. Os otimistas acham que foi algo que veio para ficar. Eu penso que não. Penso que é um cenário altamente suscetível de ser alterado. Estou falando do efeito China. Como a China acelerou ainda mais o seu crescimento, a demanda do país passou a ser qualquer coisa em torno de 25% de tudo o que possamos imaginar no mundo, de parafuso a comida. Além disso, também tivemos a questão da especulação no mercado financeiro internacional. Esses dois fatores jogaram o preço das commodities para cima. Então, nós estamos nadando de braçada em termos de exportação de commodities. Só que isso está se casando com problemas que não foram resolvidos. Com a abertura comercial e financeira, esse país ficou de janela escancarada. Como aqui se paga a maior taxa de juros do mundo, o capital internacional entra aqui por essa janela. Ou seja, esse capital está ganhando o maior juro do mundo. E isso, face aos saltos juros, contamina as contas públicas, que é muito alta. O que ocorreu nesse período: valorizou-se a taxa de câmbio, barateando-se o sobremodo o dólar. Com isso, a indústria nacional perdeu competitividade lá fora. Se você olhar a pauta de exortações do Brasil, de 95 para cá, o peso dos produtos industriais mais nobres, classificados como manufaturados, caiu de 55% para 40%.

Nos últimos cinco anos, o comércio exterior da indústria de transformação passou de um superávit para um déficit de US\$ 65 bilhões! Ou seja, estamos perdendo oportunidades. Ao mesmo tempo, o motor forte da industrialização está murcho, girando em velocidade muito baixa. Eu não acredito que essas commodities vão manter esse mesmo patamar de preço para o resto da vida. Mesmo porque, a própria China está cuidando de atenuar o fenômeno. Hoje, cerca de 150 mil chineses estão trabalhando na África. Eles foram para lá para produzir grãos, explorar a pecuária, produzir petróleo etc. O país está abrindo frente de fornecedores de matéria-prima para ele próprio, como estratégia de bloquear a elevação dos preços. Por outro lado, manter essa enxurrada de dólar entrando no país é arriscado. Isso vai explodir as contas externas brasileiras. Não adianta nada o governo falar que as reservas do país estão na casa dos

Foto: Antoninho Perri

350 bilhões de dólares. Ocorre que as dívidas brasileiras, que não estão relacionadas à dívida externa, cresceram assustadoramente. Além disso, há na Bolsa de Valores, em aplicações de títulos em carteira, cerca de 300 ou 400 bilhões de dólares. Esse é um dinheiro que pode sair do país de madrugada. Como a crise financeira internacional não está resolvida, as medidas saneadoras não estão sendo adotadas. Ou seja, estamos vivendo um período de incertezas. Parte da minha futura pesquisa discutirá essa questão e fará uma reflexão de que caminhos poderemos seguir.

**JU - O governo federal anunciou que parte dos recursos do pré-sal serão investidos para fortalecer a indústria nacional. Como o senhor analisa esse compromisso?**

**Cano** - Embora as estimativas sejam otimistas - algumas são da ordem de 150 bilhões de barris -, o petróleo do pré-sal ainda não está jorrando. Ainda vai levar quatro ou cinco anos para o país começar a produzir. A presidente Dilma deve estar imbuída do mesmo espírito do presidente Lula, ou seja, de não exportar tanto petróleo bruto, e tentar exportar mais subprodutos com valor agregado. Mas amanhã, com a eventual posse de um governo mais liberal, essa política pode mudar de rumo. E aí podemos nos transformar em um país exportador de petróleo e ficarmos suscetível à chamada doença holandesa. O controle disso tem que estar na mão do Estado.

O único país capitalista que precisou fazer isso foi a Noruega. Ela criou toda uma institucionalidade estatal para o petróleo e controla o seu fundo soberano. Se o pré-sal for promissor, nós teremos recursos adicionais para dar conta dos nossos problemas, que são imensos. Desde 80 o Brasil está atrasado. Nós chegamos a investir 25% do PIB. Hoje, esse índice está em 19%. Nós deixamos de realizar muita coisa, como portos, moradias, saneamento, etc. Para restaurar o país, segundo próprio governo, o investimento teria que passar de 19% do PIB para algo em torno de 26%. Hoje, porém, o país não tem esses recursos.

**JU - O país tem condições de voltar a se desenvolver a taxas menos tímidas?**

**Cano** - A resposta é muito difícil. É preciso consultar os empresários e perguntar a eles se estão dispostos a investir no país. Perguntar se eles querem retomar as fábricas antigas ou construir algo novo. A resposta provavelmente vai ser: depende. Certamente o empresariado vai querer saber quais as condições, quanto poderão ganhar e que garantias de longo prazo poderão ter. Atualmente, estamos financiando empresários que dão emprego lá fora.

O BNDES deu mais de 10 bilhões de reais para um frigorífico. E deu um dinheirão para outros grupos nacionais que investem lá fora. Nós precisamos criar emprego aqui dentro. Não é um problema trivial de ser enfrentando.

**O professor Wilson Cano: Brasil nada de braçadas na exportação de commodities, mas preços dos produtos primários não devem se manter para o resto da vida**

